

STJ00098130

Bernardo Pimentel Souza

Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa/MG.

Advogado inscrito na OAB/MG e na OAB/DF.

Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória

10ª edição
2014

100 ANOS
 **Saraiva**

Série
idp  **INSTITUTO
BRASILENSE
DE DIREITO
PÚBLICO**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Curia
Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistente editorial Silene Miranda de Sales
Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Ana Cristina Garcia
 Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan
 Liana Ganiko Brito Catenacci
Arte e diagramação Sônia de Paiva Lima
Revisão de provas Ana Beatriz Fraga Moreira
 Renato de Melo Medeiros
Serviços editoriais Camila Artoli Loureiro
 Elaine Cristina da Silva
Capa Know-how Editorial
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Gráfica Paym
Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-21893-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Bernardo Pimentel
 Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória /
 Bernardo Pimentel Souza. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva,
 2014. (Série IDP)

Bibliografia.

I. Ação rescisória - Brasil 2. Recursos (Direito) -
 Brasil I. Título. II. Série.

13-12560

CDU-347.922+347.955(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ação rescisória e recursos cíveis :
 Direito processual 347.922+347.955(81)
2. Brasil : Recursos cíveis e ação
 rescisória : Direito processual
 347.922+347.955(81)

Data de fechamento da edição: 10-2-2014

Dúvidas?

Acesse: www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
 Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

197.897.010.001

964216

SUMÁRIO

<i>Nota do autor à 10ª edição</i>	7
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	9

TOMO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AOS RECURSOS	39
1. Origem e acepções do vocábulo <i>recurso</i>	39
2. Recurso: espécie do gênero remédio jurídico	40
3. Razão de ser dos recursos	43
4. Natureza jurídica do recurso	44

CAPÍTULO II – SISTEMAS RECURSAIS DO DIREITO BRASILEIRO	46
1. Generalidades	46
2. Sistema recursal cível	47
2.1. Generalidades	47
2.2. Recursos no procedimento sumário	48
3. Sistema recursal do Estatuto da Criança e do Adolescente	48

CAPÍTULO III – ATOS SUJEITOS A RECURSO PROCESSUAL	51
--	----

CAPÍTULO IV – EFEITOS DOS RECURSOS	58
1. Conceito	58
2. Efeito obstativo	58

3. Efeito suspensivo	59
4. Efeito devolutivo	60
5. Efeito regressivo ou de retratação	60
6. Efeito translativo	61
7. Efeito substitutivo	61
8. Efeito extensivo ou expansivo	62
9. Cessação dos efeitos	63
 CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS DO SISTEMA RECURSAL	 64
1. Princípio jurídico	64
2. Princípio do duplo grau de jurisdição	64
3. Princípio da colegialidade	67
4. Princípio da taxatividade	70
5. Princípio da singularidade, da unicidade ou da unirrecorribilidade	72
6. Princípio do esgotamento das vias recursais	75
7. Princípio da fungibilidade recursal	79
7.1. Generalidades	79
7.2. Hipóteses de fungibilidade recursal	81
8. Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	88
8.1. Generalidades	88
8.2. <i>Reformatio in peius</i> e matéria de apreciação oficial	89
8.3. <i>Reformatio in peius</i> e remessa obrigatória	89
8.4. Proibição da <i>reformatio in melius</i>	90
9. Princípio da consumação	90
10. Princípio da dialeticidade	93
11. Princípio da voluntariedade	94
12. Princípio da personalidade ou da relatividade	94
 CAPÍTULO VI – JUÍZOS DE ADMISSIBILIDADE E DE MÉ- RITO	 95
1. Generalidades	95
2. Objeto do juízo de mérito: <i>errores in procedendo et in iudicando</i> ...	102

CAPÍTULO VII – REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	107
1. Conceitos e classificações	107
2. Cabimento	108
3. Legitimidade recursal.....	111
3.1. Generalidades	111
3.2. Legitimidade recursal na qualidade de parte.....	112
3.3. Legitimidade recursal do Ministério Público	114
3.3.1. Legitimidade recursal do Ministério Público: genera- lidades	114
3.3.2. Legitimidade recursal do Ministério Público e recurso adesivo	116
3.3.3. Desistência do recurso interposto pelo Ministério Público	117
3.3.4. Prazo recursal do Ministério Público.....	118
3.4. Legitimidade recursal do terceiro.....	119
3.4.1. Conceito e exemplos de recurso de terceiro	119
3.4.2. Recurso de terceiro e perito judicial	121
3.4.3. Recurso de terceiro e opoente.....	121
3.4.4. Recurso de terceiro e embargos de terceiro	122
3.4.5. Recurso de terceiro e <i>amicus curiae</i>	123
3.4.6. Recurso de terceiro e recurso adesivo.....	124
3.4.7. Prazo do recurso de terceiro, recursos admissíveis e preparo.....	124
3.4.8. Processos e procedimentos que ensejam recurso de terceiro	125
3.5. Legitimidade recursal da autoridade coatora no processo de mandado de segurança.....	125
4. Interesse recursal.....	126
4.1. Generalidades	126
4.2. Hipóteses de ausência de interesse recursal	129
5. Inexistência de fatos extintivos e impeditivos.....	132
5.1. Generalidades	132
5.2. Renúncia ao direito de recorrer	133

5.2.1. Conceito de renúncia.....	133
5.2.2. Espécies de renúncia	133
5.2.3. Impossibilidade da renúncia ao direito de recorrer antes da prolação da decisão	134
5.2.4. Renúncia, desistência e aceitação: diferenças	134
5.2.5. Validade da renúncia expressa.....	135
5.2.6. Renúncia expressa e recurso adesivo	135
5.3. Aceitação	135
5.4. Desistência do recurso.....	137
5.4.1. Conceito de desistência.....	137
5.4.2. Espécies de desistência	138
5.4.3. Momento da desistência	139
5.4.4. Validade da desistência	139
5.4.5. Desistência e posterior interposição de recurso.....	140
5.4.6. Desistência e recurso especial repetitivo: impossibilidade..	140
5.5. Outros fatos impeditivos	142
5.5.1. Comprovação do depósito da multa processual.....	142
5.5.2. Desistência da ação, reconhecimento do pedido e renúncia ao direito	143
5.5.3. Ratificação de recurso interposto em conjunto ou na pendência de embargos declaratórios	143
6. Regularidade formal.....	144
6.1. Conceito	144
6.2. Petição recursal: regra	145
6.3. Interposição oral.....	145
6.4. Interposição mediante fac-símile.....	146
6.5. Interposição mediante petição eletrônica: “recurso eletrônico”	147
6.6. Componentes da petição recursal	150
6.6.1. Endereçamento ao órgão judiciário competente	150
6.6.2. Qualificação do recorrente e do recorrido	150
6.6.3. Exposição do fato e do direito	151
6.6.4. Motivação: razões recursais.....	151
6.6.5. Pedido recursal.....	153

6.6.6. Assinatura e instrumento de mandato do advogado	154
7. Tempestividade	156
7.1. Conceito	156
7.2. Prazos recursais	156
7.2.1. Generalidades	156
7.2.2. Prazo recursal do terceiro prejudicado	158
7.2.3. Prazo recursal do Ministério Público e da Fazenda Pública	159
7.2.4. Prazo recursal dos litisconsortes com procuradores diferentes	161
7.2.5. Prazo recursal dos defensores públicos, advogados de escritório-escola. Advogados dativos e advogados que patrocinam causas com assistência judiciária	161
7.3. Contagem do prazo recursal	162
7.3.1. Princípio norteador	162
7.3.2. Destinatário da intimação	164
7.3.3. Intimação e publicação: diferença importante, com consequências na tempestividade dos recursos	165
7.3.4. Formas de publicação das decisões e de intimação das decisões	167
7.3.5. Intimação de decisão publicada em audiência	168
7.3.6. Intimação de decisão publicada em cartório	169
7.3.7. Réu revel	172
7.3.8. Intimação de acórdão	173
7.3.9. Segunda intimação por republicação	174
7.3.10. Aferição da tempestividade	174
7.3.11. Aferição da tempestividade nos feriados	178
7.4. Suspensão e interrupção do prazo recursal	180
7.4.1. Generalidades	180
7.4.2. Suspensão por superveniência de férias forenses ou coletivas	181
7.4.3. Suspensão entre 20 de dezembro e 6 de janeiro	182
7.4.4. Suspensão por obstáculo ao exercício do direito de recorrer	185

7.4.5. Suspensão por perda da capacidade processual.....	186
7.4.6. Suspensão por oferecimento de exceção ritual.....	186
7.4.7. Interrupção por falecimento da parte ou de seu advogado.....	187
7.4.8. Interrupção por motivo de força maior.....	188
7.4.9. Embargos de declaração: regra da interrupção e exceção da suspensão.....	189
7.4.10. Inexistência de suspensão e de interrupção.....	190
7.5. Perda de prazo recursal e responsabilidade civil do advogado	191
8. Preparo.....	191
8.1. Conceito.....	191
8.2. Regra do preparo imediato.....	192
8.3. Exceções à regra do preparo imediato.....	194
8.4. Exceções à regra do preparo.....	200
8.5. <i>De lege ferenda</i> : abolição do preparo recursal.....	201
CAPÍTULO VIII – DIREITO INTERTEMPORAL DOS RECURSOS: APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA DATA DO PROFERIMENTO DA DECISÃO.....	202
1. Princípio norteador do direito intertemporal processual.....	202
2. Princípio norteador do direito intertemporal dos recursos.....	202
3. Exceções à regra do direito intertemporal dos recursos.....	205
4. Publicação da decisão e intimação da decisão.....	208
5. <i>De lege ferenda</i>	211
CAPÍTULO IX – RECURSO ADESIVO.....	212
1. Generalidades.....	212
2. Recurso adesivo: requisitos de admissibilidade.....	214
3. Recurso adesivo: juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	218
4. Recurso adesivo nos Juizados Especiais.....	218
CAPÍTULO X – REEXAME NECESSÁRIO OU REMESSA OFICIAL.....	220
1. <i>Nomen iuris</i> e natureza jurídica.....	220

2. Hipóteses de remessa obrigatória.....	223
2.1. Generalidades.....	223
2.2. Sentenças de mérito contrárias aos entes públicos.....	223
2.3. Sentença de procedência em embargos à execução fiscal.....	224
2.4. Outras hipóteses legais de reexame necessário.....	225
2.5. A hipótese prevista no antigo inciso I do artigo 475 do CPC.....	226
2.6. Exceções ao reexame necessário.....	226
2.6.1. Sentença condenatória até sessenta salários mínimos .	227
2.6.2. Sentença condenatória proferida nos Juizados Especiais Federais.....	227
2.6.3. Sentença condenatória fundamentada em jurisprudência consolidada.....	228
2.7. Campo de incidência das exceções.....	228
3. Procedimento e julgamento.....	228
4. Recursos extraordinário e especial em reexame necessário.....	230

CAPÍTULO XI – CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS..... 232

TOMO II – RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO XII – APELAÇÃO.....	237
1. Notícia histórica.....	237
2. Conceito de sentença e cabimento de apelação.....	238
3. Regra do cabimento da apelação contra as sentenças em geral	242
4. Cabimento da apelação contra sentença que engloba questão incidental.....	243
5. Exceções ao binômio sentença-apelação.....	244
6. Recorribilidade da decretação de falência e na liquidação de sentença.....	246
6.1. Recorribilidade da decretação de falência.....	246
6.2. Recorribilidade na liquidação de sentença.....	248
7. Apelação e “exceção de pré-executividade”.....	249
8. Apelação e embargos monitórios.....	250

9. Apelação e denunciação da lide	251
10. Apelação e reconvenção	252
11. Apelação e ação declaratória incidental	254
12. Apelação e arguição de falsidade de documento	255
13. Apelação e assistência judiciária	255
13.1. Orientação predominante	255
13.2. Crítica à opinião predominante	257
14. Apelação e prestação de contas	258
15. Apelação e justificação judicial	259
16. Inadequação da apelação em processo de competência originária de tribunal	261
17. Tempestividade	262
18. Regularidade formal	264
19. Preparo	269
20. Procedimento da apelação no juízo de origem	270
21. Efeito regressivo ou de retratação	273
21.1. Apelação contra sentença liminar de manifesta improcedência	274
21.2. Apelação contra sentença de indeferimento liminar da inicial	276
21.3. Apelação contra sentença proferida em Juízo da Infância e da Juventude	277
22. Efeito suspensivo	278
22.1. Conceito	278
22.2. Hipóteses excepcionais de subsistência da eficácia da sentença apelada mediante recurso com efeito suspensivo: liquidação de sentença e hipoteca judiciária	278
22.3. Regra no direito brasileiro: produção do efeito suspensivo ...	279
22.4. Exceções codificadas à regra do efeito suspensivo	279
22.5. Apelação sem efeito suspensivo: execução provisória da sentença (regra) e execução definitiva (exceção)	280
22.6. Efeito suspensivo e apelação contra sentença condenatória em alimentos	281
22.7. Revogação do inciso III do artigo 520 do CPC	282

22.8.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença de improcedência, com a revogação da tutela antecipada	283
22.9.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença proferida em ações cumuladas ou conexas	283
22.10.	Efeito suspensivo e embargos à arrematação	284
22.11.	Efeito suspensivo e embargos de terceiro.....	285
22.12.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença em embargos à monitoria.....	286
22.13.	Apelação contra sentença de procedência de instituição de arbitragem.....	288
22.14.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença de interdição .	289
22.15.	Apelações sem efeito suspensivo na legislação extravagante	289
22.16.	Efeito suspensivo nas apelações nos processos empresariais	290
22.17.	Efeito suspensivo e concessão judicial.....	291
23.	Procedimento da apelação no tribunal <i>ad quem</i>	292
23.1.	Primeira fase do procedimento: registro e distribuição da apelação	292
23.2.	Segunda fase: artigo 557 do CPC.....	293
23.3.	Terceira fase: processamento do recurso rumo à turma ou câmara julgadora	296
24.	Extensão da apelação	303
25.	Profundidade da apelação	304
25.1.	Introdução	304
25.2.	Questões de fato e de direito decididas na sentença.....	304
25.3.	Questões de apreciação oficial relativas à causa recorrida... ..	304
25.4.	Questões acessórias relativas à causa recorrida	305
25.5.	Questões incidentais relativas à causa recorrida	306
25.6.	Questões de mérito não resolvidas na sentença definitiva	307
25.7.	Outros fundamentos rejeitados ou não constantes da sentença apelada.....	309
25.8.	Apelação e sentença terminativa	312
26.	Questões de fato novas e documentos novos	315
27.	Conversão em diligência para correção de nulidades sanáveis....	318

28. Efeito substitutivo	321
CAPÍTULO XIII – RECURSO INOMINADO.....	323
1. Cabimento	323
1.1. Recurso inominado contra sentenças proferidas nos Juizados Especiais.....	323
1.2. Recurso inominado e recurso adesivo	325
1.3. Recurso inominado e apelação.....	327
1.4. Desistência do recurso inominado	328
2. Tempestividade.....	328
3. Regularidade formal	334
4. Preparo	337
5. Procedimento do recurso inominado na vara de origem	339
6. Procedimento e julgamento do recurso inominado na turma recursal	342
7. Recorribilidade.....	345
8. Uniformização de jurisprudência.....	348
9. Reclamação	352
CAPÍTULO XIV – AGRAVO RETIDO E AGRAVO DE INSTRUMENTO	354
1. Panorama histórico dos agravos no direito brasileiro.....	354
2. Modalidades de agravo contra decisão interlocutória: retido e por instrumento.....	356
3. Conceito de decisão interlocutória	357
4. Cabimento do recurso de agravo contra decisões interlocutórias .	359
5. Cabimento do agravo retido como regra e do agravo de instrumento como exceção	364
6. Agravo de instrumento convertido em agravo retido: inteligência do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.....	366
7. “Sentenças” agraváveis.....	367
8. Questão incidental decidida em sentença.....	371
9. “Despachos” agraváveis	373

10. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento de emenda da petição inicial	375
11. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento deferitório da citação	379
12. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento de remessa dos autos ao contador do juízo	381
13. Dos efeitos dos agravos retido e de instrumento.....	381
13.1. Efeito devolutivo	381
13.2. Efeito regressivo ou efeito de retratação	382
13.3. Efeito obstativo.....	382
13.4. Efeito suspensivo.....	383
13.5. Efeitos substitutivo e expansivo	385
14. Tempestividade	387
15. Preparo	390
16. Regularidade formal do agravo de instrumento.....	391
17. Regularidade formal, desistência tácita e procedimento do agravo retido	399
18. Procedimento do agravo de instrumento.....	404

CAPÍTULO XV – AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL 414

1. Natureza jurídica	414
2. <i>Nomen iuris</i>	416
3. Cabimento	419
3.1. Generalidades	419
3.2. Agravo interno e decisão monocrática indeferitória de pedido de suspensão: cancelamento do Enunciado n. 506 da Súmula do STF e do Enunciado n. 217 da Súmula do STJ.....	421
3.3. Agravo interno e decisão monocrática denegatória ou concessiva de provimento liminar em ação originária de mandado de segurança: insubsistência do Enunciado n. 622 da Súmula do STF.....	422
3.4. Agravo interno contra decisões presidenciais e vice-presidenciais fundadas no artigo 543-C, § 1º, do CPC	423

3.5. Agravo interno contra decisões presidenciais e vice-presidenciais fundadas no artigo 543-B, § 3º, do CPC	424
3.6. Agravo interno e as decisões monocráticas dos incisos II e III do artigo 527 do CPC	425
4. Tempestividade.....	427
5. Regularidade formal	428
6. Preparo	429
7. Efeitos.....	431
8. Procedimento.....	432
9. Multa processual e depósito recursal	436
10. Recorribilidade.....	438
CAPÍTULO XVI – AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS OU AGRAVO DE ADMISSÃO	440
1. <i>Nomen iuris</i>	440
2. Cabimento	440
2.1. Generalidades.....	440
2.2. Inadequação do agravo interno ou regimental contra decisão de inadmissão de recursos especial e extraordinário... ..	441
2.3. Inadequação do agravo nos próprios autos contra decisão de retenção de recursos especial e extraordinário	442
2.4. Inadequação do agravo nos próprios autos contra decisão presidencial ou vice-presidencial de sobrestamento de recurso especial fundada no artigo 543-C, § 1º, do CPC	442
2.5. Inadequação do agravo nos próprios autos contra decisão presidencial ou vice-presidencial fundada no artigo 543-B, § 3º, do CPC	443
3. Interesse recursal	444
4. Tempestividade.....	445
5. Regularidade formal	445
6. Preparo: desnecessidade	446
7. Do procedimento do agravo na origem	446
8. Do procedimento do agravo no tribunal <i>ad quem</i>	450

CAPÍTULO XVII – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	453
1. Acepções do vocábulo <i>embargos</i>	453
2. Notícia histórica e <i>nomen iuris</i>	453
3. Natureza jurídica dos embargos declaratórios.....	454
4. Cabimento	455
4.1. Generalidades	455
4.2. Embargos de declaração e despacho	459
4.3. Hipóteses de cabimento.....	459
4.4. Embargos de declaração e prequestionamento.....	461
4.5. Embargos de declaração em embargos declaratórios.....	464
4.6. Cabimento e juízo de admissibilidade.....	465
5. Exceção ao princípio da singularidade recursal e ratificação do outro recurso específico.....	468
6. Possibilidade da modificação do julgado embargado	470
7. Princípio da complementaridade	475
8. Regularidade formal	476
9. Tempestividade.....	477
10. Preparo: desnecessidade.....	480
11. Efeito suspensivo: inexistência	480
12. Procedimento e julgamento dos embargos de declaração.....	482
13. Interrupção (regra) e suspensão (exceção) dos prazos recursais..	486
14. Multa processual e depósito recursal	494
14.1. Generalidades	494
14.2. Embargante condenado sob o pálio da assistência judiciária	495
14.3. Pessoas jurídicas de direito público interno	496
14.4. Multa, embargos de declaração e prequestionamento	497
CAPÍTULO XVIII – EMBARGOS INFRINGENTES DE ALÇADA	498
1. Cabimento	498
2. Regularidade formal	502
3. Tempestividade.....	503

4. Preparo	504
5. Efeitos.....	504
6. Procedimento e julgamento.....	506
7. Recorribilidade	508
CAPÍTULO XIX – EMBARGOS INFRINGENTES	511
1. Notícia histórica.....	511
2. Escopo do recurso.....	511
3. Cabimento: generalidades.....	511
3.1. “Acórdão não unânime”	512
3.2. “Em grau de apelação” ou “ação rescisória”	519
3.3. “Reformado”	520
3.3.1. Crítica à orientação predominante	521
3.4. “Sentença de mérito”	523
3.5. “Procedente ação rescisória”	526
4. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio....	527
5. Embargos infringentes e remessa necessária.....	529
6. Embargos infringentes e embargos de declaração.....	532
7. Embargos infringentes em agravo interno ou regimental.....	534
8. Embargos infringentes e mandado de segurança originário.....	535
9. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança.....	536
10. Embargos infringentes e apelação em processo empresarial.....	537
11. Embargos infringentes e agravo retido	538
11.1. Orientação jurisprudencial predominante	538
11.2. Crítica à orientação predominante	538
12. Embargos infringentes e agravo de instrumento.....	540
13. Embargos infringentes e recurso ordinário	541
14. Embargos infringentes e incidentes de inconstitucionalidade, de uniformização de jurisprudência e de delegação de competência..	542
15. Embargos infringentes e recurso inominado.....	543
16. Embargos infringentes e ação direta de inconstitucionalidade ...	544
17. Tempestividade	545

18. Legitimidade recursal.....	545
18.1. Orientação predominante na doutrina e na jurisprudência...	545
18.2. Crítica à orientação predominante	546
19. Regularidade formal.....	547
20. Preparo	549
21. Efeitos	551
21.1. Efeito obstativo.....	551
21.2. Efeito devolutivo	553
21.3. Efeito regressivo ou de retratação	553
21.4. Efeito suspensivo.....	555
21.5. Efeito substitutivo.....	555
21.6. Efeito translativo	556
22. Procedimento dos embargos infringentes	557
23. Julgamento dos embargos infringentes	561
24. <i>De lege ferenda</i> : abolição dos embargos infringentes.....	563

CAPÍTULO XX – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA..... 568

1. Notícia histórica e finalidade do recurso.....	568
2. Embargos de divergência e institutos afins	569
2.1. Embargos de divergência e recurso especial pela alínea “c” ..	569
2.2. Embargos de divergência e embargos infringentes	570
2.3. Embargos de divergência e uniformização de jurisprudência	571
3. Do cabimento dos embargos de divergência	572
3.1. Do julgado embargado	573
3.2. Do julgado paradigma	580
4. Tempestividade.....	583
5. Regularidade formal	584
6. Preparo	587
7. Interesse recursal	587
8. Efeitos.....	588
9. Procedimento dos embargos de divergência	591
10. Julgamento dos embargos de divergência.....	593

11. Recorribilidade.....	596
12. <i>De lege ferenda</i> : extinção dos embargos de divergência	597
CAPÍTULO XXI – RECURSO ORDINÁRIO.....	600
1. Notícia histórica e legislação de regência do recurso ordinário....	600
2. Conceito e escopo do recurso ordinário	601
3. Recurso ordinário: espécie de recurso constitucional	603
4. Recurso ordinário em causas internacionais	603
5. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	606
5.1. Notícia histórica do recurso ordinário em mandado de segurança	606
5.2. Mandado de segurança: conceito e competências constitucionais.....	606
5.3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça.....	609
5.4. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal	614
6. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	614
6.1. <i>Habeas data</i> : conceito e competências constitucionais	614
6.2. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	616
7. Recurso ordinário em mandado de injunção	617
7.1. Mandado de injunção: conceito e competências constitucionais.....	617
7.2. Cabimento	618
8. Recurso ordinário: considerações gerais finais	618
CAPÍTULO XXII – RECURSO ESPECIAL.....	631
1. Antecedentes históricos do STJ e do recurso especial	631
2. Jurisdição, composição e organização do STJ	632
3. Cabimento	635
3.1. Generalidades	635
3.2. Tribunais.....	636
3.3. Causas decididas	638
3.4. Prequestionamento	639

4. Recurso especial em reexame necessário	643
5. Recurso especial pela alínea “a”	644
5.1. Generalidades	644
5.2. Conceito de “ <i>lei federal</i> ”	645
5.3. Alcance do Enunciado n. 7 do STJ: vedação ao reexame de fatos e de provas	649
5.4. Insubsistência do Enunciado n. 400 da Súmula do STF	653
5.5. A problemática do juízo de conhecimento e do juízo de mérito no recurso especial interposto pela alínea “a”	654
6. Recurso especial pela alínea “b”	655
7. Recurso especial pela alínea “c”	657
8. Recurso especial retido	660
8.1. Generalidades	660
8.2. Recurso especial retido e tempestividade	662
8.3. Desistência tácita	662
8.4. Recurso especial retido e agravo retido	663
9. Tempestividade	665
9.1. Generalidades	665
9.2. Protocolo integrado e o cancelamento do Enunciado n. 256 da Súmula do STJ	666
9.3. Recurso especial parcial e o Enunciado n. 355 da Súmula do STF	668
10. Preparo	671
11. Regularidade formal e interesse recursal	672
12. Efeitos do recurso especial	674
13. Procedimento comum do recurso especial: artigos 542 e 543 do CPC	681
14. Procedimento diferenciado do recurso especial repetitivo: artigo 543-C do CPC	686
14.1. Preceitos de regência, natureza jurídica e escopo do instituto	686
14.2. Procedimento do recurso especial repetitivo	687
14.3. Procedimento subsequente ao julgamento do recurso especial repetitivo	691

CAPÍTULO XXIII – RECURSO EXTRAORDINÁRIO	695
1. Notícia histórica	695
2. Cabimento	698
2.1. Generalidades	698
2.2. Prequestionamento	698
2.3. Esgotamento dos recursos pretéritos	701
2.4. Causas decididas	703
2.5. Questão federal de direito constitucional	706
2.6. Cabimento de recurso extraordinário de julgamento proferido por juiz de primeiro grau	710
2.7. Cabimento de recurso extraordinário de acórdão dos Juizados Especiais	711
2.8. Cabimento de recurso extraordinário em reexame necessário .	711
2.9. Cabimento de recurso extraordinário em incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência	713
2.10. Cabimento de recurso extraordinário de acórdão proferido pelo STJ	714
2.11. Cabimento de recurso extraordinário e julgado do STF.....	714
2.12. Cabimento de recurso extraordinário de acórdão proferido por Tribunal de Justiça em controle concentrado de constitucionalidade.....	715
3. Recurso extraordinário e repercussão geral.....	716
3.1. Conceito	716
3.2. Natureza e origem do requisito da repercussão geral.....	716
3.3. Repercussão geral e arguição de relevância: semelhanças e diferenças	717
3.4. Repercussão geral: requisito de admissibilidade específico do recurso extraordinário	718
3.5. Obrigatoriedade da repercussão nos recursos extraordinários em geral	718
3.6. Preliminar formal e fundamentada de repercussão geral	719
3.7. Critérios para a apuração da repercussão geral pelo STF	720
3.8. Competência.....	721
3.9. (Ir)recorribilidade do acórdão do Plenário que recusa a repercussão geral	722

3.10. Efeito <i>erga omnes</i> do acórdão do Plenário que recusa a repercussão geral	723
3.11. Recorribilidade das decisões monocráticas presidenciais e dos relatores no STF.....	723
3.12. Possibilidade de sobrestamento dos recursos extraordinários acerca de questão constitucional idêntica.....	724
4. Recurso extraordinário pela alínea “a”.....	725
5. Recurso extraordinário pela alínea “b”	731
6. Recurso extraordinário pela alínea “c”	732
7. Recurso extraordinário pela alínea “d”	733
8. Recurso extraordinário retido	734
9. Tempestividade.....	737
9.1. Generalidades.....	737
9.2. Protocolo integrado	738
9.3. Insubsistência do Enunciado n. 355 do STF.....	739
9.4. Recurso extraordinário adesivo.....	740
9.5. Tempestividade de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido em controle concentrado de constitucionalidade	742
10. Regularidade formal.....	743
11. Preparo	747
11.1. Preparo do recurso extraordinário: regra e exceções.....	747
11.2. Incidência do artigo 511, § 2º, do CPC	748
12. Efeitos	749
13. Procedimento e julgamento.....	752
13.1. Procedimento do recurso extraordinário na origem	752
13.2. Procedimento e julgamento no STF	754

TOMO III – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS

CAPÍTULO XXIV – UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	762
1. Conceito e natureza jurídica da uniformização de jurisprudência	762

2. Pressupostos da uniformização de jurisprudência.....	764
2.1. “Pronunciamento prévio”	764
2.2. “Turma, câmara, ou grupo de câmaras”	765
2.3. “Do tribunal” e “outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas”	767
2.4. “Acerca da interpretação do direito”	768
2.5. “Verificar que, a seu respeito, ocorre divergência”	769
2.6. “No julgamento recorrido a interpretação for diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas”	770
3. Legitimidade	771
4. Suscitação da uniformização de jurisprudência.....	772
5. Procedimento e julgamento da uniformização de jurisprudência..	773
6. Recorribilidade.....	783
7. Uniformização de jurisprudência nos Juizados Especiais Federais	784
8. Incidente de delegação ou afetação de competência.....	789
9. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal	792

CAPÍTULO XXV – INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE.....

1. Controle jurisdicional de constitucionalidade no direito brasileiro e incidente de inconstitucionalidade	795
2. Natureza jurídica do instituto.....	796
3. Obrigatoriedade da instauração do incidente	797
4. Alcance da cláusula “lei ou ato normativo do poder público”	798
5. Legitimidade	799
6. Procedimento	800
7. Efeitos: regra e exceções.....	802
8. Recorribilidade.....	805

CAPÍTULO XXVI – HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA

1. Conceito de homologação de sentença estrangeira.....	807
---	-----

2. Competência para a homologação de sentença estrangeira	807
3. Petição inicial.....	808
4. Conceito de sentença estrangeira e objeto da homologação.....	809
5. Execução da sentença estrangeira homologada	810
6. Legislação de regência da carta rogatória	811
7. <i>Nomen iuris</i> e tipos de carta rogatória	812
8. Natureza jurídica da carta rogatória.....	813
9. Objeto da carta rogatória.....	814
10. Requisitos para a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	815
11. Procedimento e julgamento da carta rogatória.....	817
12. Recorribilidade.....	817
13. Execução da carta rogatória	818

CAPÍTULO XXVII – AÇÃO RESCISÓRIA..... 820

1. Notícia histórica	820
2. Natureza jurídica.....	821
3. Alvo da ação rescisória: julgado rescindendo.....	823
3.1. Admissibilidade contra decisão judicial <i>lato sensu</i>	823
3.2. Última decisão judicial da causa: interpretação do artigo 512 do CPC.....	826
3.3. Decisão judicial irrecurável e que não enseja outra demanda igual.....	828
4. Hipóteses de rescindibilidade	832
4.1. Generalidades	832
4.2. Prevaricação, concussão e corrupção	834
4.3. Impedimento e incompetência absoluta	837
4.4. Dolo rescisório, processo fraudulento e processo simulado ..	838
4.5. Ofensa à coisa julgada.....	841
4.6. Violação de literal disposição de lei	843
4.7. Prova falsa	848
4.8. Documento novo	850
4.9. Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia e transação.	852
4.10. Erro de fato.....	855

4.11. Ação rescisória de sentença de partilha judicial.....	858
5. Hipóteses que não ensejam ação rescisória.....	860
5.1. Ação rescisória fundada em correção de injustiça quanto aos fatos, reexame de provas e interpretação de cláusula contratual	860
5.2. Ação rescisória e processo cautelar	861
5.3. Ação rescisória e decisões proferidas nos Juizados Especiais	861
5.4. Ação rescisória e controle concentrado de constitucionalidade	862
5.5. Ação rescisória e ação anulatória	862
5.6. Ação rescisória, sentença inexistente, ausência de citação e nulidade da citação.....	864
6. Ação rescisória e direito intertemporal	868
7. Prazo da ação rescisória	869
7.1. Prazo.....	869
7.2. Prazo decadencial.....	869
7.3. Contagem do prazo e termo inicial	870
7.4. O termo inicial à luz do Enunciado n. 401 da Súmula do STJ	871
7.5. Termo final	874
7.6. Momentos da pronúncia da decadência	874
8. Competência.....	875
9. Legitimidade.....	876
10. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo.....	879
11. Petição inicial da ação rescisória	885
12. Procedimento da ação rescisória.....	889
13. Julgamento da ação rescisória	895
14. Recorribilidade	900
15. Ação rescisória de julgado proferido em ação rescisória	903
CAPÍTULO XXVIII – AÇÃO ANULATÓRIA	907
1. Preceito de regência.....	907
2. Conceito	907
3. Prazo.....	907

4. Procedimento e competência.....	908
5. Hipóteses de ação anulatória.....	909
5.1. Ação anulatória do artigo 486 do CPC.....	909
5.2. Ação anulatória do artigo 352 do CPC.....	911
5.3. Ação anulatória de sentença homologatória de transação: artigo 485, inciso VIII, <i>versus</i> artigo 486 do CPC.....	912
5.4. Ação anulatória do artigo 1.029 do CPC e do artigo 2.027 do CC.....	914

CAPÍTULO XXIX – MANDADO DE SEGURANÇA DE DECISÃO JUDICIAL..... 916

1. Conceito de mandado de segurança.....	916
2. Adequação do mandado de segurança.....	916
3. Mandado de segurança contra decisão judicial.....	917
4. Competência.....	923
5. Coisa julgada em processo de mandado de segurança.....	925

CAPÍTULO XXX – RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL..... 926

1. <i>Nomen iuris</i> e preceitos de regência do instituto.....	926
2. Natureza jurídica: ação autônoma.....	926
3. Conceito.....	927
4. Ação de competência originária de tribunal.....	929
5. Causas de pedir da reclamação constitucional.....	930
5.1. Causas de pedir explícitas na Constituição Federal.....	930
5.2. Causa de pedir prevista na Resolução n. 12 do STJ.....	933
5.3. Reclamação e controle de constitucionalidade.....	933
6. Reclamação constitucional, correição parcial, ação rescisória e mandado de segurança: análise comparativa.....	934
7. Legitimidade ativa e petição inicial.....	936
8. Distribuição, procedimento e julgamento.....	937
9. Recorribilidade no processo de reclamação.....	938
10. Ação rescisória contra julgamento proferido em reclamação constitucional.....	939

CAPÍTULO XXXI – CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	940
1. <i>Nomen iuris</i> e conceito.....	940
2. Subsistência como sucedâneo recursal.....	940
3. Constitucionalidade das leis estaduais e dos regimentos internos	941
4. Natureza jurídica da correção parcial ou reclamação correicional.	942
5. Hipóteses de admissibilidade da correção ou reclamação como sucedâneo recursal.....	943
6. Prazo.....	946
7. Legitimidade.....	947
8. Procedimento e julgamento.....	947
 CAPÍTULO XXXII – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	 949
 CAPÍTULO XXXIII – PEDIDO DE SUSPENSÃO.....	 953
1. Preceitos de regência do pedido de suspensão	953
2. Conceito e natureza jurídica do pedido de suspensão	953
3. Recorribilidade da decisão monocrática presidencial proferida no incidente de suspensão	955
4. Recursos extraordinário e especial em incidente de suspensão	956
 CAPÍTULO XXXIV – AÇÃO CAUTELAR ORIGINÁRIA.....	 958
1. Introdução.....	958
2. Ação cautelar, processo cautelar e medida cautelar	960
3. Petição inicial	961
4. Competência.....	964
5. Procedimento.....	965
6. Julgamento	967
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 969